

PREFÁCIO

*O terrível é que, nesse mundo de hoje, **umenta o número de letrados e diminui o de intelectuais**. Não é esse um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. Nesse caso, não se podem encontrar com o futuro, renegando a função principal da intelectualidade, isto é, o **casamento permanente com o porvir...***

(Milton Santos).

A epígrafe chama atenção para um fato central e relevante no mundo acadêmico e na história, embora não seja, a nosso ver, assumida como questão permanente e universal na e pela comunidade científica. Trata-se do **papel dos intelectuais** na construção/transformação da realidade. Obviamente isso implica as instituições universitárias e, no Brasil, especialmente os Programas de Pós-Graduação, as Associações Científicas e as instâncias editoriais das universidades.

Concernente a isso, parece-nos que o impulso sem precedentes pela inserção no processo de globalização e que, supostamente, nos tornaria inclusos num real (mais) autovalidável e autolegitimável (porque supostamente universal e superior), contaminou a capacidade crítica dos “intelectuais” de tal maneira que “exclusão e dívida social [já] aparecem como se fossem algo fixo, imutável, indeclinável, quando, como qualquer outra ordem, pode ser substituída por uma ordem mais humana” (Santos, 2000, p. 76). Nesse sentido, a categoria “letrados” passa a ser confundida, também de modo sem precedentes (?), à categoria “intelectuais”, de forma a borrar qualquer concepção daquilo que podemos denominar *ethos* teórico-crítico em permanente reinstituição pelos intelectuais.

Para os que têm suas atividades acadêmicas articuladas à filosofia e, em nosso caso, exemplarmente à filosofia da educação, a questão dos intelectuais como categoria sócio-acadêmica comprometida com a crítica a qualquer tentativa de naturalização do que é histórico-social se impõe como tarefa permanente e universal. É com esse espírito que o Núcleo de Publicações (NUP) do Centro de Ciências da Educação (CED) da Uni-

versidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vem publicando trabalhos acadêmicos produzidos no *ethos* da filosofia ou da filosofia da educação.

Trata-se de dar guarida à **teoria** e, portanto, à **filosofia (da educação)** com todo o seu potencial crítico em um mundo que está se habituando à exclusão como algo natural ou, em caso de um forte ingrediente de cinismo, à **inclusão excludente** ou, sob uma forma aparentemente menos cruel mas não menos cínica nem menos dramática, à **inclusão marginal**.

Poderíamos afirmar, sem maior possibilidade de contestação, que não apenas a dificuldade de acesso à educação e à universidade corrobora a exclusão de que falamos. A nosso ver, **também a abdicação da teoria, por muitos profissionais (na educação), é excludente**. Por mais seriedade que possa haver na empiria e por mais elaborada que possa ser a atividade dita prática, a teoria põe-se como privilegiada na construção do conhecimento e na construção/transformação da realidade. O problema ganha relevo na medida em que no contexto mundial a teoria está sendo hegemonicamente entendida como dispensável (um eufemismo para o senso generalizado de perda de tempo, de dinheiro e de energia humana). Segundo Moraes (2000, p. 3)

a celebração do 'fim da teoria' - movimento que prioriza a eficiência e a construção de um terreno consensual que toma por base a experiência imediata ou o conceito corrente de 'prática reflexiva' - se faz acompanhar da promessa da utopia educacional alimentada por um indigesto pragmatismo (Burgos, 1999, p. 468). Em tal utopia praticista, basta o 'saber fazer' e a teoria é considerada perda de tempo ou especulação metafísica e, quando não, restrita a uma oratória persuasiva e fragmentária, presa à sua própria estrutura discursiva.

A contribuição do NUP/CED/UFSC com a veiculação de trabalhos que significam resgate da teoria, especialmente a teoria filosófica (isto é, crítica) vem de mais tempo. O presente é o quinto número a socializar os trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) Filosofia da Educação (FE) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd). Podemos afirmar que se trata de uma articulação acadêmica que viabiliza a nova e futurível realidade concebida necessariamente para além do mundo dado ou meramente positivizado. Assim, quando “no mais das vezes, a discussão teórica tem sido gradativamente

suprimida das pesquisas educacionais” (Moraes, 2000, p. 2), o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do CED/UFSC e o NUP articulam-se entre si e à ANPEd de maneira a produzir e socializar a reflexão filosófica, o que contraria todo um espírito de época com a marca do “recoo da teoria”¹.

Voltando ao tema da exclusão e articulando-o à questão da teoria, retomamos Santos (2000), que situa a trama atual da globalização como perversidade, aponta limites da globalização perversa e, coerente com a idéia de intelectual (comprometido com o porvir), **pensa uma outra globalização**, essa, a nosso ver, instigação permanente e universal a todos os que se decidem por uma reflexão crítica (filosófica), eis que

no plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato [contrariando qualquer perspectiva (neo)pragmática]. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem. De tal modo, em um mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias de uma história concreta. É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história (Santos, 2000, p.20).

Entendemos que a ‘universalidade enquanto resultante da experiência ordinária de cada homem (universalidade empírica)’ não prescinde, jamais, da atividade teórica. Nesse sentido, o presente número da **Revista Perspectiva** edita a maior parte dos trabalhos apresentados e discutidos no GT Filosofia da Educação durante a 22ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu, MG, entre os dias 26 e 30 de setembro de 1999 e contribuindo, de alguma forma, no processo de produção do ‘novo discurso e da escrita de uma nova história’.

Florianópolis, outubro de 2000.

Ari Paulo Jantsch
(organizador)

versidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vem publicando trabalhos acadêmicos produzidos no *ethos* da filosofia ou da filosofia da educação.

Trata-se de dar guarida à **teoria** e, portanto, à **filosofia (da educação)** com todo o seu potencial crítico em um mundo que está se habituando à exclusão como algo natural ou, em caso de um forte ingrediente de cinismo, à **inclusão excludente** ou, sob uma forma aparentemente menos cruel mas não menos cínica nem menos dramática, à **inclusão marginal**.

Poderíamos afirmar, sem maior possibilidade de contestação, que não apenas a dificuldade de acesso à educação e à universidade corrobora a exclusão de que falamos. A nosso ver, **também a abdicação da teoria, por muitos profissionais (na educação), é excludente**. Por mais seriedade que possa haver na empiria e por mais elaborada que possa ser a atividade dita prática, a teoria põe-se como privilegiada na construção do conhecimento e na construção/transformação da realidade. O problema ganha relevo na medida em que no contexto mundial a teoria está sendo hegemonicamente entendida como dispensável (um eufemismo para o senso generalizado de perda de tempo, de dinheiro e de energia humana). Segundo Moraes (2000, p. 3)

a celebração do 'fim da teoria' - movimento que prioriza a eficiência e a construção de um terreno consensual que toma por base a experiência imediata ou o conceito corrente de 'prática reflexiva' - se faz acompanhar da promessa da utopia educacional alimentada por um indigesto pragmatismo (Burgos, 1999, p. 468). Em tal utopia praticista, basta o 'saber fazer' e a teoria é considerada perda de tempo ou especulação metafísica e, quando não, restrita a uma oratória persuasiva e fragmentária, presa à sua própria estrutura discursiva.

A contribuição do NUP/CED/UFSC com a veiculação de trabalhos que significam resgate da teoria, especialmente a teoria filosófica (isto é, crítica) vem de mais tempo. O presente é o quinto número a socializar os trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) Filosofia da Educação (FE) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd). Podemos afirmar que se trata de uma articulação acadêmica que viabiliza a nova e futurível realidade concebida necessariamente para além do mundo dado ou meramente positivizado. Assim, quando “no mais das vezes, a discussão teórica tem sido gradativamente